



ENTREVISTA

**“A extensão é indissociável
da pesquisa”**

Miriam Grossi

A Professora Miriam Pillar Grossi é Doutora em Antropologia Social e Cultura pela Universidade de Paris V, com estágios pós-doutorais no Laboratório de Antropologia Social do Collège de França e Universidade da Califórnia-Berkeley. Atua no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e nos cursos de graduação em Antropologia e Ciências Sociais da UFSC. Recentemente, foi empossada como secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Miriam fala à Caminho Aberto sobre a importância de alinhar a práxis extensionista à pesquisa aplicada, os desafios da área interdisciplinar bem como os caminhos para promover uma maior conscientização da população com relação ao combate à violência contra as mulheres.

Caminho Aberto: Na sua opinião, qual é o papel da Extensão na Educação Superior Brasileira?

Miriam Grossi: Primeiro, eu acho que a Educação Superior Brasileira tem uma característica muito própria, que é da articulação Ensino, Pesquisa e Extensão, como parte, digamos, fundante desse tripé; isso é o que caracteriza a universidade pública brasileira. Não é uma característica das universidades no mundo inteiro, porque, sobretudo na maior parte do mundo, a Universidade é apenas Ensino e Pesquisa. Em alguns países, inclusive, a Pesquisa está separada em institutos diferentes, separada das universidades. A Extensão, tal qual a gente concebe no Brasil, é algo que não é frequente e não é universal, do ponto de vista da organização do campo acadêmico, científico, universitário. Eu acho que a Extensão no Brasil, é fruto da nossa construção das universidades públicas, que é uma construção relativamente recente na história das universidades, ela vai remontar o século XX e mais precisamente a segunda metade do século XX. Claro que havia faculdades, mas as universidades, por exemplo a UFSC, em que eu trabalho, ela foi criada enquanto universidade em 1960, recém completou 60 anos. Essa universidade pública, vai ter essa característica da Extensão estar muito marcada pelos processos de democratização da sociedade brasileira depois da Ditadura Militar com a Constituição de 1988, a constituição cidadã. A gente pode pensar que a Extensão é a universidade cidadã, porque é esse espaço onde a universidade se compromete a levar para fora dos muros, dos campi, da universidade o conhecimento que se produz dentro da universidade.

Caminho Aberto: De que forma as Universidades e Institutos Federais podem atuar no combate à violência contra a mulher? Qual a importância da Extensão com relação ao tema?

Miriam Grossi: Eu acho que a Extensão precisa ser ligada à Pesquisa. Não é possível fazer extensão do nada, tipo: "tive uma ideia, vou lá fazer uma ação prática de prevenção da violência". Toda ação de prevenção da violência, tem que ser, do meu ponto de vista, articulada com pesquisas atuais, que estão sendo feitas, e de ponta, nesse sentido. Já o meu doutorado foi sobre a temática da violência contra a mulher. Eu defendi em 1988, já faz mais de 3 décadas. Eu sou professora da UFSC desde 1989. As primeiras orientandas que eu tive de Iniciação Científica eram estudantes de Psicologia, e nossa primeira pesquisa foi sobre a Delegacia da Mulher de Florianópolis, que tinha sido criada em 1985. Fizemos essa pesquisa em 1990-91, e a gente trabalhou já naquele momento no levantamento de boletins de ocorrência que eram registrados na DEAM de Florianópolis. Era uma pesquisa sobre qual era a situação da violência, mas, a partir dessa pesquisa, nós também demos formação para os funcionários da DEAM de Florianópolis, que eram tanto policiais quanto estagiários

do Serviço Social, da Psicologia, do Direito, pois a Delegacia da Mulher se tornou e é até hoje um espaço de estágios basicamente para esses três cursos. Então, nessas formações que nós fizemos para agentes públicos e estagiários, a gente sempre trazia esses resultados das pesquisas que nós desenvolvíamos. Eu acho que essa temática da violência, lamentavelmente passadas mais de 4 décadas que a gente vem lutando enquanto movimento feminista pela erradicação da violência contra as mulheres, continua. E essa violência tem uma prevalência no espaço das relações afetivo-conjugais. Nós vimos agora durante a Pandemia um aumento impressionante de registros de violências e também algo muito grave que foi o aumento de feminicídios. Então, respondendo a tua pergunta, o que as universidades podem fazer, eu acho que são várias instâncias. Não é só na Extensão. Tem uma instância básica que é na formação. A gente precisa incorporar essa temática da violência contra a mulher na formação de qualquer curso. Não é só nos cursos de Ciências Humanas, Sociologia, Antropologia, que é o que eu trabalho, mas ela tem que estar no curso técnico por exemplo do Instituto Federal, porque é uma temática de cidadania, de direitos humanos, é uma temática que qualquer indivíduo, qualquer dos nossos alunos estará sujeito a ser vítima de violência ou talvez possivelmente muitos jovens homens vão ser autores de violência contra a mulher. Porque sabemos que, na nossa sociedade, a violência é uma exigência da construção da masculinidade. Então, eu acho que primeira ação não deve ser de Extensão, mas de Ensino, que é de entrar de maneira transversal na formação de estudantes de todos os cursos, estudantes e professores, porque também professores repetem, reproduzem situações de violência. Depois, devemos fazer ações de sensibilização à temática da violência para todos os públicos com os quais a gente trabalha, a começar, por exemplo, dentro da universidade com os funcionários de empresas terceirizadas, que atuam na limpeza, nos espaços que a gente dialoga, como, delegacia, escolas, etc., claro, este diálogo está ligado aos vínculos e aos campos de ação de cada curso e de cada universidade. Então me parece que é fundamental, e é uma urgência, a gente acabar com essa pandemia de violências contra as mulheres no Brasil.

Caminho Aberto: Comente sobre suas atividades de Extensão. Que objetivos foram alcançados na temática de gênero, quais foram os avanços?

Mirim Grossi: Na minha própria experiência, há mais de 30 anos atuando, como professora da UFSC, eu sempre tive inúmeros projetos de Extensão. Um campo no qual eu atuei durante muito tempo é na formação de professoras do ensino básico. Por exemplo, aqui na UFSC, fizemos 3 edições do curso GDE, Gênero e Diversidade na Escola, que era um curso que foi criado como demanda da sociedade civil na I Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada em 2004. Esse curso era financiado pela Secretaria de Políticas para as mulheres junto com MEC e FNDE, e foi ministrado em grande parte das universidades públicas federais nas 3 edições que nós tivemos. Em Santa Catarina, as duas primeiras edições eram de Extensão, aperfeiçoamento e a última foi na modalidade Especialização, formamos mais de mil professoras de todo o Estado; nós tínhamos polo em todas as regiões do Estado, e isso foi um impacto de extensão muito grande nas escolas.

Um outro projeto que eu tive também durante muitos anos também em escolas foi o Projeto Papo Sério. Ambos os projetos de Extensão foram resultados de projetos de Pesquisa que fizemos nas escolas. Por exemplo, fizemos em 2007 uma pesquisa grande sobre como as questões de gênero, sexualidade, iniciação sexual, eram abordadas nas escolas. E a grande conclusão que tivemos era de que os professores e as direções das escolas reclamavam que eles não haviam tido formação, não sabiam como abordar questões de gênero e sexualidade e que eles precisavam de formação.

A partir dessa Pesquisa, que já foi publicada em livros, etc., nós então aderimos à formação dos professores pelo curso Gênero e Diversidade na Escola e fizemos o Projeto Papo Sério, que era um projeto de oficinas de gênero, sexualidade, violências nas escolas, com jovens a partir da 5ª série; fizemos oficinas até com pré-escola, escola infantil, no NDI da UFSC. Levamos também durante 7 anos o concurso de cartazes contra lesbo/trans e homofobia nas escolas, que foi também uma ação muito legal, porque a gente estimulava as escolas a fazerem cartazes sobre essa temática, os cartazes eram expostos nas escolas, a comunidade escolar escolhia os melhores cartazes; os melhores cartazes vinham para uma exposição na UFSC, e dessa exposição da UFSC também tinha premiação popular, júri, etc., e a gente fazia uma cerimônia muito emocionante, durante 7 anos, trazíamos esses estudantes das escolas premiadas para uma cerimônia na UFSC, eram momentos muito legais porque para maior parte daquelas crianças e jovens, eles nem sabiam da existência da Universidade, ou mesmo da possibilidade de fazer um curso na Universidade, e trazê-los para dentro do espaço da UFSC, para além da temática que já tinha sido abordada, por dois, três meses pelo concurso, era também isso, abrir as portas dessa possibilidade do ingresso na UFSC. Isso se deu no mesmo período em que a UFSC implantou as cotas para estudantes de escolas públicas e cotas étnico-raciais, então isso também foi uma forma de levarmos à escola pública essas políticas que estavam se desenvolvendo na Universidade Federal e que eram muito pouco conhecidas pelos estudantes, não estava no horizonte desses estudantes essa possibilidade de fazer vestibular, de poder entrar na universidade pública. Eu, pessoalmente, nem concebo mais a Pesquisa e o Ensino sem essa interface, até porque nesses projetos eu sempre fiz questão de levar e envolver os estudantes da graduação, do mestrado, doutorado, que trabalhavam no meu Laboratório de Pesquisa e também eram maneiras de educar esses jovens em formação, que estavam na Universidade, nessa aproximação com a escola pública, e de eles poderem também aprender a transpor o que aprendiam na Universidade, o que estavam pesquisando, transpor para linguagens acessíveis ao universo escolar, então essas foram experiências que eu tive entre muitas outras, mas as mais recentes e que eu considero realmente muito ricas e muito formadoras.

Caminho Aberto: Como está a situação da violência contra a mulher agora na Pandemia? Quais foram as mudanças ocorridas nesse momento?

Mirim Grossi: Do ponto de vista das políticas públicas, temos que reconhecer que, felizmente, o judiciário e o sistema policial, eles têm agido e acompanhado, de forma bastante efetiva, várias questões ligadas à violência; por exemplo, durante esse último 1 ano e meio já era possível fazer um boletim de ocorrência virtual, isso já existia no Sistema Nacional de Segurança Pública, mas isso se tornou mais visível, nem todo mundo sabia que era possível fazer um boletim de ocorrência de forma virtual. Então, isso foi algo que se ampliou durante a Pandemia. Também se ampliou durante a Pandemia uma série de iniciativas da sociedade civil também para denúncia de violência, por exemplo, teve toda uma campanha das farmácias serem espaços onde a mulher poderia chegar com um “x” na mão e mostrar para o atendente e ele aí chamaria a delegacia, isso foi bastante usado, tem sido bastante usado, teve muitas campanhas, da Avon, Magazine Luiza, muitas empresas assumiram essa campanha, sobretudo naquele primeiro momento da Pandemia, onde houve um isolamento maior, e a gente viu um aumento exponencial da violência quando casais ficaram fechados no mesmo espaço. Então, por um lado, houve uma rápida conscientização global, não só no Brasil, de como a Pandemia e o isolamento social estavam tendo impacto maior sobre as mulheres, e então ocorreu uma série de ações de mitigação da violência. Mas, ao mesmo tempo, isso não diminuiu a violência, pelo contrário, os dados mostram que, nesse período da Pandemia,

houve um aumento de violência letal inclusive: feminicídios. Foi uma Pandemia de feminicídios que nós tivemos no Brasil, e, aqui em Santa Catarina, em particular, tivemos vários casos, inclusive muito emblemáticos de violências absurdas, de assassinatos nesse período, que, felizmente, já há uma consciência maior social de denúncia desses casos, de apoio dessas mulheres, mas é uma situação que está muito longe de ser resolvida e ser eliminada.

Caminho Aberto: Quais são os avanços?

Mirim Grossi: Tenho colegas da UFSC, que trabalham num projeto liderado pelo professor Teófilos Rifiotes, eles estão acompanhando como a Lei Maria da Penha vem sendo aplicada nesse momento. Participei da apresentação dos resultados da Pesquisa que eles fizeram e que são muito interessantes e instigantes. Posso dizer que acompanho - mais como observadora - esses dados, eles acompanharam os processos judiciais, audiências, e mostram que é paradoxal e há uma grande ambiguidade na forma como o sistema judiciário tem tratado as violências contra a mulher, agora que a Lei Maria da Penha já completou 15 anos em agosto de 2021. No judiciário, existe uma parcela muito consciente de juízes, conscientes das desigualdades nas quais as mulheres se encontram, situações de violência e opressão nas quais as mulheres estão envolvidas e têm tratado situações de violência conjugal, doméstica de forma, digamos, do lado das mulheres e têm escutado as mulheres e apoiado muito as mulheres. Mas isso não é geral, nem universal, no dia a dia mais geral do campo jurídico, sobretudo pela falta de formação nos cursos de Direito, na formação permanente do corpo de agentes do campo do judiciário, juízes, promotores, advogados, defensores públicos, etc., que prevalece muito em muitos julgamentos o senso comum e formas culturais de pensar que homens e mulheres são diferentes, que há uma biologia que leva homens a agredirem porque afinal a testosterona é o hormônio masculino que faz com que o homem seja mais agressivo e as mulheres mais passivas, ou seja, há uma reiteração nessa prática nos operadores do direito no campo da violência que reiteram o senso comum e estão longe de incorporarem nas suas argumentações o vasto campo científico de pesquisas que tem sido feitas sobre as violências contra as mulheres. Então, a gente vive nesse momento paradoxal, por um lado nós temos já um campo de pesquisa muito avançado, eu diria que o Brasil foi um dos países que mais trabalhou no mundo sobre essa temática de violência, desde que eu fiz minha tese em 1980, desde lá a gente tem centenas de pesquisas acumuladas sobre violência, sobre essa reflexão, mas a gente percebe que esse acumulado do ponto de vista teórico sobre afinal porque que as mulheres ficam com os maridos, o que significa a violência nas relações conjugais, que mecanismos a gente pode ter para mitigar esse tipo de situação de violência, que são questões já muito de senso comum pra quem é do campo de estudos de gênero, são questões que ainda não entraram e estão entrando muito a conta-gotas nesses cursos de formação de operadores do Direito, mas eu diria a mesma coisa nos cursos de Pedagogia, nos cursos de formação de professores, que também é um outro campo da educação fundamental. Então, a gente não vai acabar a nossa experiência de oficina e tal nas escolas, é um trabalho muito longo que deve ser feito do ponto de vista da escola mesmo de desnaturalização da ideia de que o sexo é algo natural e que meninos são agressivos e meninas são mais sensíveis e mais emotivas e que portanto é legítimo que um menino tem que ser agressivo e violento porque é isso que constrói a masculinidade. Então, é um programa de transformação social muito longo e muito grande em relação a isso. Tivemos muitos avanços, por exemplo, nos anos 70 quando os primeiros movimentos feministas começam as primeiras manifestações, como no caso da Angela Diniz, que até fizeram recentemente um podcast muito interessante com o nome de Praia dos Ossos, foi muito bem-feito, fala sobre esse crime contra Angela Diniz, que era

uma socialite no Rio de Janeiro, isso aconteceu em Búzios, que era uma praia muito badalada lá nos anos 70, e o assassino dela que era o empresário Raul Fernando do Amaral Street, conhecido como Doca Street; no primeiro julgamento foi colocado que ele matou para defender a honra dele, então nos julgamentos eles usavam esse argumento de defesa da honra. E foi a primeira vez que as mulheres feministas brasileiras foram para as ruas, para frente do tribunal com a palavra de ordem que era: “Quem ama não mata”, ah ele matou por amor, era isso que os juízes diziam. Ali foi o primeiro julgamento público, a primeira vez que houve uma revolta das mulheres dizendo não, eu não mereço ser assassinada! Então, passados 40 anos, pelo menos a gente já vê que, nos julgamentos dos homens assassinos, eles são condenados; claro que a gente pode questionar o tempo que eles ficam na prisão, o tipo de remissão da pena que eles recebem e tal, mas dificilmente hoje um homem que mata a sua companheira não vai ser condenado, porque já tem, pelo menos, a consciência social também no campo jurídico que é um assassinato. E, na maior parte desses assassinatos tem indícios de ciúmes, a mulher fez alguma coisa que o homem se sentiu no direito de matá-la. Então, eu acho que houve esse avanço no que diz respeito ao feminicídio. No que diz respeito à violência mais do cotidiano, aos 5 tipos de violências que estão na Lei Maria da Penha: violência física, psicológica, tivemos recentemente um avanço sobre esse tema da violência psicológica, que também foi objeto de uma tese de doutorado premiada pela Capes de uma ex-orientanda minha, Isadora Vieira Machado. Na tese, ela coloca que os operadores do Direito não sabiam explicar o que era violência psicológica e, portanto, não era julgada e agora houve o avanço no STF de uma maior definição do que é essa violência, então, portanto, agora é possível julgar, condenar alguém por violências psicológicas. Essas violências da Lei Maria da Penha ainda dependem muito de quem é o juiz, de quem é o promotor, de quem é o advogado daquele caso. Por exemplo bateu na mulher vai ter tal condenação, isso vai depender muito dos operadores do Direito e das formas que eles pensam, atuam e imaginam que é o gênero. Recentemente, aqui em SC, teve aquele caso da Mariana Ferrer que a gente viu aquele julgamento absurdo; só ficamos sabendo porque foi gravado e viralizou, mas aquilo é um *modus operandi* da Justiça, do advogado acusar ela: - “Olha essa foto, tu merecias ser estuprada!” Essa ideia que estará muito ligada em como esses operadores do Direito constroem vítimas e réus acusados nesses processos.

Caminho Aberto: No IFSC temos o Programa de Extensão chamado “Programa Mulheres Sim”, que promove a autonomia e a geração de renda das mulheres em situação de vulnerabilidade social. Entendemos que são dois pontos muito importantes a serem conquistados para que a mulher tenha condições para sair do ciclo de violência de um relacionamento abusivo. A senhora concorda? Na sua opinião, que pontos mais devem ser trabalhados?

Mirim Grossi: Geração de renda me parece uma questão mais simples, ensinar mecanismos de gerar renda, etc., mas a questão da autonomia eu acho que é um conceito, não é uma coisa evidente e, nesse conceito de autonomia, se tu não tens uma perspectiva feminista na construção do entendimento da autonomia, digamos tu podes reproduzir o que está acontecendo. Eu acho que esse conceito de autonomia ele te permite pensar na autonomia econômica ligada à geração de renda, mas autonomia afetiva em relação à “exigência” de se ter um marido, de estar casada, etc., porque muitas mulheres permanecem em situação de violência por essa obrigação social de ter um homem, porque um homem é que te dá valor. Então nesse trabalho, que eu acho muito legal dos Institutos Federais, que antes se chamava Mulheres Mil, tenho visto em vários lugares do Brasil resultados muito interessantes, mas o que eu acho é que não basta só ensinar, por exemplo, fazer salgadinhos para vender e ter autonomia econômica, é importante também, junto com esse

ensinamento de técnicas práticas, também trazer essa reflexão sobre: para que o meu dinheiro? Para que o meu trabalho? Qual é o meu lugar no mundo? Quer dizer, eu acho que o central desse trabalho, ao construir a autonomia dessas mulheres, é também elas entenderem além. Porque muitas vezes esses programas têm uma ideia assim: se você se esforçar você vai conseguir, claro que há uma dimensão do sujeito, do desejo de se esforçar, mas é muito importante mostrar o contexto cultural, porque nós sabemos que é o seguinte: se tu és negra, favelada, veja aí esse caso da mãe da Rebeca, nossa super medalhista, todos os jornais colocando: mãe solo, 7 filhos, uma heroína, bom, a questão é que essa é uma super exceção, de uma mulher que, com essas condições absurdas, ela consegue isso, e aí o que ninguém diz é: a Rebeca foi pra um Programa Social que tinha em Guarulhos, que era ligado à prefeitura do PT, que tinha esse programa ligado ao Esporte, ou seja: sem políticas públicas não há dimensão para mulheres. Então é preciso dar dimensões às mulheres: sociais, políticas, econômicas, nas quais elas estão inseridas. Porque não basta só ensinar a fazer salgadinho ou artesanato, se a gente também não mostra qual é o contexto no qual elas estão vivendo. Eu acho que é essa contribuição que eu digo teórica pra elas entenderem que se tu és negra, tu tens menos chance do que uma branca nessa sociedade, e a consciência dessa interseccionalidade de gênero com raça, as mulheres que tem consciência de que, enquanto mulheres negras, elas estão numa situação de inferioridade de salários, etc., essa consciência empodera no sentido de elas tomarem impulso para sair das situações de pobreza nas quais elas vivem, não é só a técnica, é também o entender sobre o que significa ser mulher nessa sociedade. Isso não é algo que depende só de mim, de sair desse lugar, é algo que depende de uma transformação social mais ampla e da existência de políticas públicas que vão nos ajudar a garantir essa autonomia. Porque quanto à própria questão da violência, felizmente nós temos uma política pública que é a Lei Maria da Penha, uma política pública que são as delegacias, sem essas políticas públicas as mulheres continuariam apanhando, os homens matando mulheres e isso seria normal, não seria um problema social. Agora nós temos mecanismos de combate a um problema social, que não é um problema individual daquela mulher, "Ai, meu marido me bateu ... será que eu fiz alguma coisa?" Não, teu marido te bateu porque ele está imerso numa cultura de construção de masculinidade violenta. E ele aprendeu que ser homem é bater na mulher. E quando uma mulher tem consciência disso, que não é culpa dela, que não é aquele homem que é mau, porque uma mulher que não tem consciência de que não é esse homem, esse marido que é o mal, que é o culpado, muitas das mulheres que eu estudei lá na década de 80 e que eu acompanhei ao longo dos anos, elas saíam de um relacionamento violento e entravam em outro relacionamento violento. Porque era sempre a ideia de que aquele homem era mal, aquele homem era ruim. Quando elas passam a ter consciência de que os homens são treinados para isso e que é preciso mudar o que se espera dos homens e transformar também essas relações, aí sim é possível se engajar em uma outra relação menos violenta, mais saudável. Mas essa compreensão de que não é um problema teu, individual, mas que é uma problemática social e que tu tens que lutar enquanto movimentos sociais, porque são os movimentos sociais que vão transformar isso, isso é muito importante.

Quando eu era adolescente, eu era bandeirante, naquele momento dos anos 70 lá em Porto Alegre. Numas férias de julho, o nosso grupo bandeirante teve como missão ir para uma vila no Morro da Cruz, e lembro que a minha tarefa era ajudar a criar o Clube de mães da vila, ensinamos a fazer crochê e outras coisas, mas ali eu tive a clareza, pela primeira vez, de que não podia ser uma coisa assistencialista, que a nossa ação tinha que ser uma ação de empoderar aquelas mulheres para elas saírem daquela situação por elas mesmas e não pela nossa ajuda. Nós estávamos ali numas férias, eu era uma jovem de camadas médias, quando acabassem as férias eu ia voltar pra casa dos

meus pais estudar, mas que era realmente tomar em mãos aquele lugar, e hoje tive ocasião de voltar ao Morro da Cruz e é muito interessante de ver isso, como aquele trabalho de base resultou numa comunidade de mulheres muito engajadas, coletivamente engajadas na transformação da situação delas enquanto mulheres.

O empoderamento, ele é duplo, isso que o feminismo do campo teórico, da pesquisa feminista do campo de gênero nos ajuda a mostrar que uma coisa é você se fortalecer individualmente, mas não adianta me fortalecer individualmente se não for um projeto coletivo de um grupo maior de mulheres, de todas nós. Não adianta só eu querer transformar a minha situação, é muito importante, mas eu só vou transformar a minha situação, de onde eu estou, do lugar em que eu estou, se eu tiver uma consciência de que essa minha luta é parte de uma luta maior, das mulheres da minha comunidade, da minha cidade, do meu estado, do Brasil, do Planeta. Isso que é o aprendizado do feminismo para esse empoderamento das mulheres.

Caminho Aberto: Que caminhos podemos tomar individualmente e de que forma a Universidade e os Institutos Federais podem promover uma maior conscientização da população com relação ao combate à violência contra a mulher?

Mirim Grossi: A primeira ação é introduzir na formação acadêmica de todos os cursos, as temáticas de gênero, direitos humanos, violência, discriminações, questões LGBT, questões étnico-raciais, todas essas questões precisam entrar no currículo da formação de todos os cursos, porque é o papel nosso na universidade, na escola, na educação, nosso papel de formar cidadãos, formar indivíduos que vão entender que essas questões são questões-chave para tu seres um bom profissional em qualquer área, tens que saber que estás lidando com pessoas e que as pessoas são diferentes, e que tu tens que entender justamente essas relações e como se constituem essas relações de poder entre diferentes grupos sociais.

Então, primeira coisa tem que ser no nível da formação, pode ser tanto no currículo oficial como também podem ser em cursos de Extensão, mas acho que essa formação tem que ser universalizada em todas as Universidades e Institutos Federais, precisa ser parte obrigatória da formação.

Segundo, que haja um estímulo para recortes de gênero nos projetos de Extensão, que são aprovados e desenvolvidos, por exemplo, se tiver projetos nas áreas ligadas à agricultura, relacionadas ao campo, que em qualquer ação entender que no mundo camponês temos homens e mulheres, e que eles não têm as mesmas tarefas em uma propriedade rural, quem é que tira o leite, quem é que vende o leite. Nós sabemos que em qualquer espaço social e também no mundo rural há espaços de homens e mulheres e ter a visão de que qualquer ação de Extensão envolve gênero, porque ela envolve homens e mulheres, e entender que a mesma ação de Extensão não serve pra homens e pra mulheres. Então tem que ter esse recorte de gênero nas ações de Extensão, acho que isso também é uma coisa muito importante, e o recorte de gênero tem que ser interseccional, o que significa que todas as mulheres não são iguais, todos os homens não são iguais, porque outras dimensões das nossas identidades sociais interferem também na nossa posição na sociedade. Então, a nossa idade, ser jovem ou ser velha, isso vai nos colocar numa situação diferente na nossa situação social, se eu sou branca ou se eu sou negra, ou sou indígena, isso também vai ter diferença, se eu sou heterossexual ou se eu sou homossexual, vai ter diferença. Se eu sou uma pessoa transexual vão ter outras dimensões da minha inserção no mundo, se é uma

pessoa com deficiência, então, portanto, é muito importante quando a gente atua com mulheres e homens, quando se tem esse recorte de gênero interseccional e de perceber que não basta planejar uma ação: “Ah, vamos ensinar crochê pra todo mundo”, que é importante observar a forma como esse crochê vai ser entendido de acordo com os subgrupos de mulheres com as quais vocês estão trabalhando. Para algumas o crochê vai fazer muito sentido, já outras não vai fazer nenhum sentido.

Só uma brincadeira, pensando assim, nós da Universidade com conhecimentos acadêmicos, etc., a gente publica aqui na UFSC a revista de Estudos Feministas, que é uma das principais revistas acadêmicas do campo estudo de gênero no Brasil e é reconhecida internacionalmente, uma revista muito importante, e sempre discutíamos a capa da revista, fotos, obras de arte, etc., e uma vez veio uma obra de arte que dividiu o comitê editorial da revista porque ela foi lida como pano de prato. Eu, por exemplo, fui do grupo que achei: “Que linda essa obra de arte!” Eram uns panos de prato bordados, eu achei super linda. E outra parte da equipe, todas nós professoras universitárias, achou não, nós não podemos colocar pano de prato na capa de uma revista feminista, e foi muito legal de perceber naquele debate com mulheres brancas de camadas médias, professoras doutoras, estudiosas de gênero, como nós tínhamos posições diferentes, que eram muito ligadas à concepção que nós tínhamos do trabalho da cozinha, tinham mulheres de uma geração um pouco mais velha que a minha, que a forma que elas tiveram pra se construírem num momento em que não era esperado das mulheres que elas fossem profissionais, era esperado das mulheres que elas fossem boas donas de casa, elas romperam com o que era esperado de serem boas donas de casa se recusando a aprender qualquer coisa do trabalho doméstico, detestavam cozinhar, tudo isso eram coisas de um tipo de mulher que elas não queriam ser. Já para minha geração mais jovem, a gente gostava de cozinhar e gostava do trabalho doméstico, não achava que para ser profissional tivesse que negar esse trabalho doméstico, que a gente via também prazer nele; eu, por exemplo, quando eu tenho que escrever um artigo, eu vou cozinhar, porque cozinhar me ajuda também a pensar, eu acho que é complementar ao meu trabalho intelectual esse trabalho manual. Mas ali a gente viu, por exemplo, como essa questão da interseccionalidade de geração mostrava que, no mesmo grupo de universitárias, brancas, de camadas médias, estudiosas de gênero, havia duas concepções de mundo sobre o que era o pano de prato e a cozinha e aquilo que isso representava. Para um grupo era uma coisa positiva e para outro grupo era uma coisa negativa, por isso que eu estou te dizendo: o crochê talvez seja positivo para algumas, talvez seja horrível para outras. Por exemplo, eu tenho uma orientanda que acaba de defender uma tese muito linda sobre mulheres presas, uma das atividades que as mulheres são quase que obrigadas a fazer na prisão é o crochê. Então, pode ser que as mulheres que passaram pela experiência da prisão que fazer crochê é uma coisa horrível, que remete às lembranças horríveis do tempo de prisão.

Então uma atividade, de fazer crochê, é igual para todo mundo? Não é, essa atividade, ela vai ser entendida e interpretada por esses marcadores sociais da diferença, por esses lugares, essas formas que nós temos de nos colocar no mundo.

Individualmente, como mulheres, como pessoas, o caminho seria não tomar situações de violência como naturais ou como “Ah, isso acontece”, é ter claro que a denúncia de situações de violência é fundamental, ela é uma forma política de lidar com a violência.

Por Paula Clarissa de Souza, Mestra em Administração Universitária pela Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenadora Geral do Programa Mulheres SIM do Instituto Federal de Santa Catarina.